

AFOCEFE

SINDICATO DOS TÉCNICOS DO TESOURO DO ESTADO DO RS

SEMINÁRIO DEBATE PAPEL DOS TÉCNICOS DO TESOURO NA RECEITA ESTADUAL



Página 05

Outros destaques

Onde tem
desenvolvimento...



04

**CAMPANHA RESSALTA TRABALHO
DOS TÉCNICOS DO TESOURO**

06

**GOVERNO AUMENTA
ALÍQUOTA DA PREVIDÊNCIA**



A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul vem atravessando momentos difíceis com reflexos em áreas fundamentais para a sociedade e o Estado perde participação no cenário nacional.

A participação do RS no ICMS Brasil – que é a soma de ICMS de todos os estados, em 2003 era de 7,5% e em 2010 estava em 6,6%. A queda nestes sete anos foi de 0,9% com previsão de piora, o que mostra que o funcionamento da Sefaz apresenta entraves e discrepâncias capazes de inibir a fiscalização gerando graves consequências na diminuição da arrecadação e no aumento da sonegação. Dados apontam que a sonegação, informalidade e pirataria no Rio Grande do Sul são responsáveis por pelo menos R\$ 3 bilhões anuais em arrecadação.

O atual modelo de monitoramento adotado pela Sefaz/RS nos grandes segmentos vem se mostrando insuficiente. Além das fraudes com os combustíveis, mercadorias sem documento fiscal, cancelamento de nota fiscal eletrônica de circulação de mercadorias e serviços, situações que somente são flagradas pela fiscalização no Trânsito de Mercadorias

nos últimos anos desestruturada, os demais segmentos sequer são fiscalizados.

Atualmente, por falta de Técnicos, a fiscalização de qualquer região do Estado pode ser facilmente burlada com informações equivocadas. As fraudes só podem ser constatadas após averiguação, o que evidencia ainda mais a importância da fiscalização ostensiva no combate à sonegação. Há 10 anos sem realização de concurso público, o quadro de Técnicos do Tesouro está defasado em mais de 50%. Nas delegacias também existe grande carência de profissionais que tem levado os gestores fazendários a transferirem atribuições para pessoas não investidas em cargos públicos.

A manutenção de postos e maior eficiência das volantes certamente inibiria a sonegação, forçando o contribuinte a emitir notas fiscais e, assim, recolhendo o devido imposto que retornaria em investimentos à sociedade. A missão da Receita Estadual é reforçar a arrecadação através de uma atuação forte e precisa em fiscalização. ✨

APOIO PARLAMENTAR

O Afocefe Sindicato vem recebendo grande apoio de um novo e promissor nome da política gaúcha.

Altemir Tortelli, 45 anos, chega pela primeira vez à Assembleia Legislativa para um trabalho alinhado à sua história com a agricultura familiar e com a geração de renda para o homem do campo.

Natural de Ponte Preta (RS), casado e pai de dois filhos, fundador e atual coordenador geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), Tortelli alcançou 43.484 votos em sua primeira eleição.

Atualmente, o deputado pelo PT defende junto ao governo do estado melhor funcionamento da Secretaria da Fazenda.

Tortelli acredita que o estado pode arrecadar muito mais para investir em saúde, segurança, educação e geração de empregos se existirem mais Técnicos do Tesouro na fiscalização ostensiva.

Para Tortelli, as ações para enfrentar o problema da arrecadação deverão ser ousadas e eficientes. “Há necessidade de se reorganizar a Secretaria da Fazenda, realizar concurso público para o preenchimento dos cargos vagos de profissionais que atuam nos



postos fiscais de fronteira, turmas volantes e escritórios fazendários, reaparelhar as unidades e equipes de fiscalização, além de uma política continuada de formação e aperfeiçoamento do quadro pessoal. Essas são ações que o governo pode perseguir como forma de melhorar a arrecadação do Estado”, salienta. ✨

EXPEDIENTE

www.afocefe.org.br - (51) 3021.2600

**AFOCEFE
SINDICATO**
TÉCNICOS DO TESOURO - RS

Presidente
Guilherme de Castro Campos

Vice-presidente
Clésio da Silva

Secretário-Geral
Cláudio Guarnaccia

Diretor Administrativo
José Carlos B. Silveira Jr.

Diretor Financeiro
Otávio Augusto F Bettanin

Diretor Jurídico
Ives Agamenon L. Lucas

Diretora de Integ. e Pol. Social
Márcia Capaverde Berro

Diretor de Ass. Sindicais e Formação Política
Renato Fornari Bossle

Diretora de Comunicação e Cultura
Bernardete Artuzi

Diretor Legislativo
Roberto Castilho Nogueira

Diretor de Desenv. Funcional
José Flagaci Lopes

Edição nº 62
Gestão 2010/2013

Edição
Sergio Stock Comunicação Integrada

Redação
Susiani Silva

Projeto Gráfico
Estúdio Tagarela
www.estudiotagarela.com.br

Tiragem
5.000 exemplares

DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO

O indiscutível crescimento brasileiro, comprovado por todo o respeito conquistado no plano internacional, é fruto de um conjunto de Revoluções Invisíveis, ainda não compreendidas na sua maioria, e não de Grandes Reformas, tão faladas e esperadas há tanto tempo. Nesta linha de raciocínio, um dos mais importantes movimentos de êxito foi o enobrecimento lato sensu do Servidor Público.

As nuvens de volatilidade e superficialismo dão lugar cada vez mais a um pacto de coerência e verdade. De um lado o governo reconhece financeiramente seus novos colaboradores; de outro lado, estes retribuem com competência e dedicação. A seriedade dos concursos para inúmeras oportunidades faz uma triagem com acentuada melhoria do quadro público. Em algumas instituições o número de mestres e PhDs é galopantemente maior a cada concurso.

Claro que ainda falta muito para se chegar ao ideal. Há nichos e bolsões onde as condições de trabalho, no seu sentido mais geral estão longe de metas mínimas. Temos que reconhecer que algumas repartições e instituições públicas ainda estão no Século XIX. Cabe, então, uma ação organizada com responsabilidades definidas para as organizações públicas e para os Servidores Públicos - de Desenvolvimento Humano onde três eixos centrais sejam desenvolvidos.

O primeiro deles consiste na CONSCIÊNCIA DA MISSÃO, onde seria demonstrado de forma categórica, o sentido mais nobre do servir à Nação. A Ética do Dever na visão Kantiana, deve ser incorporada ao espírito do trabalho, através de um claro Código de Ética e Valores. O Servidor Público deve saber que sua energia e capacitação servem à Nação Brasileira e à sua sociedade. Neste eixo deveria ser implantado um Pacto de Direitos e Obrigações, onde a segurança e os benefícios da carreira pública fossem colocados em plano idêntico ao comprometimento pessoal de dedicação e entrega.

O segundo eixo se constitui nas COMPETÊNCIAS TÉCNICAS, onde antes e acima de tudo seria abandonada a arcaica ideia de que possa existir alguma diferença entre a "produtividade pública" e a "competitividade privada". Qualquer função pública - finanças, pesquisa, operações, ou o que for - deve ser comparável em nível de igualdade à melhor função equivalente na iniciativa privada. Em casos extremos, e este ponto deve servir como desafio, o resultado público deve ser o benchmarking e modelo para todos.

Finalmente, o terceiro eixo será o do DESENVOLVIMENTO HUMANO, onde profundas lições de Vida devem ser repassadas para o Servidor Público enquanto Ser Humano. Fica proposto o ensino das diversas matérias multidisciplinares, enquadradas no que Teillard de Chardin denominou de Hominização. Em verdade, é indispensável fortalecer as pessoas, apoiando-as na compreensão da complexidade da vida e de seus diversos aspectos multifacetados.

Com todas as falhas que ainda existem temos que reconhecer que ocorreu um gigantesco salto na carreira pública, que hoje é uma digna e frutífera oportunidade de vida. Os bons exemplos, principalmente os paradigmáticos devem servir como alento e objetivos para todos que ainda não atingiram os padrões desejáveis. As grandes injustiças devem ser corrigidas no prazo mais curto possível. No campo da Gestão Pública você sempre encontrará um grupo de pessoas generosas, comprometidas, criativas, inovadoras que certamente terão enorme prazer em incorporar novos colaboradores que aumentem sua capacidade de realizar, porque para estas pessoas, a felicidade consiste em cumprir sua Missão Terrena; seu objetivo maior é deixar um legado. A sua obra prima, do seu tamanho, é deixar um pedaço do Brasil bem melhor. ✨

PELA AMPLA TRANSPARÊNCIA DO ORÇAMENTO PÚBLICO

O Rio Grande do Sul, como a maioria dos Estados brasileiros, enfrenta severas dificuldades para custear as suas funções constitucionais básicas.

Saúde, educação e outros compromissos vitais à população, historicamente vêm sendo desatendidos diante da precariedade dos recursos públicos disponíveis e, nesse contexto, adquire particular importância o fato de que, anualmente, significativa parcela do orçamento público é direcionada a determinados setores da iniciativa privada, sem que exista qualquer controle social e avaliação sobre a efetividade e o retorno para a população de tais destinações.

Os recursos comprometidos nos benefícios fiscais giram na ordem de um terço do orçamento público, segundo dados oficiais, número que exige um amplo debate social acerca de tais políticas, não para externar contrariedade aos benefícios, mas sim de modo a se estabelecer integral transparência na destinação dos recursos, e a fim de que a sociedade possa avaliar com autonomia e responsabilidade o modelo de desenvolvimento do Estado.

A transparência das políticas públicas é um imperativo da democracia e consolidada na ordem constitucional que vigora desde 1988, porém ainda em fase de implementação. O controle social da coisa pública está sendo paulatinamente construído e os mecanismos implementados, como os portais de transparência, já disponíveis nos três poderes do RS, sinalizam que trilhamos caminhos que não admitem retrocesso.

O Poder Judiciário Gaúcho, em seu site institucional, disponibiliza à sociedade todas os seus gastos. Salários de juízes e servidores, diárias, com-

pras, licitações, terceirizações, contratos, obras, informatização, movimentação processual, produtividade e outros tantos dados orçamentários e de gestão que podem ser acessados de forma universal. O direito de conhecer, criticar e sugerir outros mecanismos é legítimo da cidadania.

O Judiciário ocupa 9% do orçamento do Estado e tem suas contas fiscalizadas e submetidas a amplo controle social, além de métodos diversos de avaliação no que diz a sua atividade fim. As políticas de isenções fiscais, que ocupam mais de 30% do orçamento público, ao contrário, não têm seus resultados avaliados e os mecanismos de controle social não as alcançam, demonstrando a precariedade do modelo no que diz respeito ao seu sistema de controle de receitas.

Sabidamente o tema envolve uma questão de âmbito nacional, diante da danosa situação de verdadeira guerra fiscal, reconhecidamente existente, o que, todavia, não impede que se inicie o seu enfrentamento. O nosso Estado é o 4º PIB da sétima economia mundial, indicando que as dificuldades orçamentárias que enfrentamos muito decorrem da desigual apropriação das riquezas produzidas.

É com esta finalidade que a AJURIS e a União Gaúcha pela Previdência Social e Pública, com suas 28 entidades de servidores, iniciaram uma ampla discussão com toda a sociedade do Rio Grande do Sul por meio do Movimento pela Transparência dos Benefícios Fiscais, dando origem ao Fórum Permanente de Debate. ✨

CAMPANHA PUBLICITÁRIA RESSALTA TRABALHO DOS TÉCNICOS DO TESOURO

Desde março o Afocefe Sindicato colocou nas ruas uma grande campanha institucional de valorização do trabalho e da carreira de Técnico do Tesouro. Inserções de spots nas rádios Band AM 640 e Guaíba AM somaram-se a vários outdoors espalhados em pontos estratégicos de Porto Alegre e Região Metropolitana.

A campanha já está na segunda etapa, incluindo publicação de anúncios em jornais impressos e distribuição de cartazes e folders nas repartições em que trabalham os Técnicos do Tesouro. Também está prevista a distribuição de adesivos para automóveis com a divulgação do slogan “Onde tem desenvolvimento tem o trabalho dos Técnicos do Tesouro”. ✨



...tem o trabalho dos

Técnicos do Tesouro do Estado.



Técnico do Tesouro, carreira de Estado.



TÉCNICOS DO TESOURO - RS

SEMINÁRIO DEBATEU O PAPEL DOS TÉCNICOS COM SECRETÁRIO DA FAZENDA E SUBSECRETÁRIO DA RECEITA

No mês de maio o Afocefe Sindicato realizou o Seminário “O Papel dos Técnicos do Tesouro na Receita Estadual”, no Plaza São Rafael, em Porto Alegre. No evento foram debatidos os principais desafios para adequar as atividades da Receita Estadual às necessidades da população e à promoção do desenvolvimento do Estado. O secretário da Fazenda, Odir Tonollier, e o Subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, conheceram os levantamentos produzidos pelos grupos de estudos do Trânsito de Mercadorias e das Delegacias Regionais que expuseram os resultados do trabalho realizado.

Participaram como palestrantes o economista Liderau Júnior, representante da Fundação de Economia e Estatística, e o Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Ceará, Itacir Toderó.

Entre os principais pontos relatados estão a falta de pessoal, rotinas de trabalho sem integração, dificuldades de acesso aos sistemas informatizados essenciais às operações e à necessidade de maior participação dos Técnicos. “A não padronização no trabalho dos técnicos e a falta de pessoal trazem reflexos diretos na fiscalização e arrecadação”, frisou Lislei Hundertmarck, coordenadora do grupo de estudo das Delegacias.



O estudo do grupo do Trânsito de Mercadorias, coordenado pelo vice-presidente do Afocefe, Clesio da Silva, apontou a redução na arrecadação, insalubridade na função de fiscalização, concorrência desleal de outros estados, falta de percepção de risco dos sonegadores e desaparecimento da fiscalização ostensiva. “O Rio Grande do Sul está na contramão do Brasil. A ineficiência da fiscalização gera perda de R\$ 2,34 bilhões anualmente na participação do estado na arrecadação do país”, afirmou Clésio.

O Secretário da Fazenda, Odir Tonollier, elogiou a iniciativa do Afocefe. Ressaltou que a preocupação dos Técnicos do Tesouro em

construir um estado forte e estabilizado vem ao encontro das necessidades do governo. “Desejamos um estado inovador, seja no contato com os colegas ou com os contribuintes. Devemos desenvolver nossa capacidade criativa”, disse.



Parte da reunião de trabalho foi destinada para questionamentos dos Técnicos ao Subsecretário da Receita, Ricardo Neves Pereira. Em sua fala, destacou a fiscalização preventiva como marca de sua gestão. “Está havendo um grande investimento para a modernização do Trânsito de Mercadorias para que haja uniformização dos procedimentos e para que as informações fluam em todas as áreas”, salientou.

Conforme o presidente do Afocefe Sindicato, Guilherme Campos, o seminário entre os Técnicos e o secretário da Fazenda teve o intuito de sugerir melhorias para que os servidores possam desempenhar satisfatoriamente suas atribuições. “Os grupos de estudos foram idealizados para propor alternativas para melhorar o atendimento aos contribuintes e fortalecimento da fiscalização, além de aumento na arrecadação. É imprescindível que a casa seja reorganizada”, frisou.

Em seu discurso, salientou a necessidade de realização de concurso para Técnico do Tesouro do Estado. “A administração fazendária tem que entender a relevância do trabalho dos Técnicos na atual conjuntura. Exigimos igualdade de tratamento dentro da nossa Secretaria”, disse. Para ele, uma Sefaz valorizada trará benefícios para a sociedade gaúcha. “Temos certeza que a atual administração estadual saberá adequar a Sefaz às reais necessidades da sociedade. Esperamos que o governo do Estado adote algumas medidas que implementem a arrecadação com o trabalho dos fazendários”, concluiu. ✨

FISCALIZAÇÃO EM POSTOS E DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS CONFIRMA O QUE DEFENDEM OS TÉCNICOS DO TESOURO

A recente fiscalização em 13 distribuidoras de combustíveis e postos do Interior do Estado, identificando ilegalidades que renderam R\$ 1,4 milhão em multas e ICMS não pago aos cofres públicos, confirma o que o Afocefe Sindicato dos Técnicos do Tesouro vem defendendo há sete anos.

Desde 2004 o Afocefe alerta para as fraudes contra o consumidor e a sonegação de impostos nos postos e distribuidoras, facilitadas pela pouca ou nenhuma fiscalização. O tema é de tamanha gravidade que inclusive foi alvo de discussão no evento anual Sefaz Debate de 2009, oportunidade em que especialistas e autoridades de todo o Brasil puderam expor suas visões e apresentar soluções para o problema. O Afocefe entende que a única forma de acabar com crimes dessa natureza é a efetiva fiscalização. Uma das medidas que a entidade vem sugerindo é a implementação do lacre fiscal.

“A fiscalização constante e o lacre ajudarão a combater fraudes e sonegação, traduzindo-se em aumento da arrecadação, sem que o governo

precise se utilizar de alternativas como o pacote do aumento de alíquotas, prejudicando toda a sociedade, para cobrir o déficit financeiro de 2011”, afirma o presidente do Afocefe Sindicato, Guilherme Campos.

Ele lembra que a categoria propõe outras medidas que reforcem o combate à sonegação de impostos. “Estamos pedindo que o governo venha a equipar melhor o trabalho nos postos fiscais, coibindo a sonegação no trânsito de mercadorias”, diz Guilherme Campos. Outra reivindicação é a realização de concurso público. Dos 1.800 cargos de Técnicos do Tesouro, apenas 978 estão preenchidos hoje, acrescidos de 160 em condições de aposentadoria imediata.

O Afocefe Sindicato entende que essas medidas, somadas à efetiva fiscalização como a realizada nos postos e distribuidoras, são decisivas para o aumento da arrecadação estadual. “São decisões simples que podem contribuir para que se consiga cobrir o déficit de R\$ 450 milhões, anunciado pelo próprio governo, previsto para este ano”, finaliza Campos. ✨

O AUMENTO DA ALÍQUOTA DA PREVIDÊNCIA

Numa sessão inédita de 16 horas os deputados aprovaram dia 29 de junho o pacote de medidas para restabelecer as finanças do Estado, mas que se resumem, principalmente, ao aumento da contribuição dos servidores para a previdência e maior prazo para pagamento de RPVs - Restituições de Pequeno Valor. O projeto proposto pelo governador Tarso Genro teve 30 votos favoráveis e 21 contrários.

O plano de sustentabilidade financeira, como é chamado pelo Governo, atinge os servidores que recebem mais de R\$ 3.689,66, que passarão a ter alíquotas previdenciárias de 14%. Com a promulgação da lei, em 8 de junho, os descontos passarão a ser feitos em setembro, ou seja 90 dias após.

Outras duas emendas foram aprovadas. Uma estabelece que os atuais servidores públicos ficarão sob o regime financeiro de repartição simples, enquanto os servidores admitidos após a entrada em vigor da lei entrarão sob regime financeiro de capitalização. A outra emenda proíbe a aplicação dos valores em instituições financeiras não oficiais, vedando a utilização dos recursos do fundo pelo estado em outros setores que não o previdenciário.

POSIÇÃO DO AFOCEFE

O Afocefe Sindicato dos Técnicos do Tesouro tem posicionamento contrário às medidas, desde o início das discussões. “O governo resolve o problema na Assembleia com a aprovação do projeto, mas o debate vai seguir no Judiciário”, afirma o presidente Guilherme Campos.



Os Técnicos do Tesouro defendem, e continuarão defendendo a realização de concurso público para recolocação do quadro de Técnicos do Tesouro, o que se traduzirá em maior combate à sonegação. “Com medidas de gestão e reaparelhamento da Sefaz teremos condições de melhorar a arrecadação, sem que se precise de tempos em tempos meter a mão no bolso do servidor estadual”, enfatiza.

Tendo em vista as manifestações contrárias de várias entidades, entre elas a

União Gaúcha em Defesa da Previdência, Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindsepers), Cpers, Associação de Delegados e Sindicato dos Servidores do Ministério Público, a tendência é que ocorra uma enxurrada de ações judiciais, pedindo a inconstitucionalidade das medidas.

O Afocefe Sindicato juntamente com as diversas entidades que compõem a União Gaúcha já recebeu o parecer do jurista Humberto Ávila sobre a legislação que elevou as alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores estaduais.

Inicialmente, a perspectiva é de que as associações e sindicatos que compõem a União Gaúcha deverão ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, por meio das entidades nacionais do serviço público.

O presidente da União Gaúcha, João Ricardo dos Santos Costa, informa que a AJURIS já obteve autorização da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para entrar com a ADIn em nome da entidade. “Isso deve ocorrer até o fim deste mês”, garantiu. ✨

CORRUPÇÃO E CONTROLE PÚBLICO

A grande difusão de notícias envolvendo desvios de recursos públicos – triste rotina diária a que estamos, infelizmente, submetidos – tem levado a cidadania brasileira ao protesto, em primeiro plano, e à busca de fórmulas de erradicação da cultura do achaque, como norte de sua preocupação. Para tanto, tem-se servido, a mesma sociedade, mais incessantemente, dos instrumentos postos à sua disposição para invocar a intervenção protetiva das instituições de Estado perfiladas na luta para a consecução do mesmo interesse. De nossa Instituição, vocacionada por preceito constitucional à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial, buscam os cidadãos a efetividade, a eficácia, a proatividade, a presença, o rigor do controle.

Embora a preocupação mais recente com a “onda de corrupção”, o mal não é deste século, nem mesmo do que o precedeu e tampouco do anterior. Tem raízes profundas, e tangência na natureza humana. E assim o reconheceu o próprio ideário da Revolução Francesa, inspirador da Declaração dos Direitos de 1789, da qual se extraem duas cláusulas que dizem diretamente com o tema controle e o seu exercício pelos cidadãos:

“**Art. 14.** Todos os cidadãos têm o direito de verificar, pessoalmente, ou por meio de representantes, a necessidade da contribuição pública, bem como de consenti-la livremente, de fiscalizar o seu emprego e de determinar-lhe a alíquota, base de cálculo, a cobrança e a duração.”

“**Art. 15.** A sociedade tem o direito de pedir, a todo agente público, que preste contas da sua administração.”

Não obstante o já longo transcurso de tempo que nos separa desse verdadeiro marco para o Estado de Direito democrático, constatamos que ainda hoje persiste o desafio de dar plena concretude à função do controle governamental e de bem dar conta dos anseios sociais nesse campo.

Aliás, a par dos eixos básicos em que devem atuar, nos dias atuais, os órgãos de controle externo, atentando para as imposições desta sociedade cada vez mais atenta e exigente, devem ser impelidos a um agir que, além da verificação da estrita adstrição às normas, não deve sossegar ante o analfabetismo, silenciar diante da doença ou ignorar qualquer ameaça ou lesão aos direitos da pessoa humana. E é com base nesse horizonte que se deve hoje avançar, examinando-se qualitativamente os gastos públicos e os resultados obtidos a partir de uma peça orçamentária realista, expressão mesmo do processo de planejamento.

Assim é que, sem substituir o administrador, o controle deve auxiliar a promover boas práticas governamentais. Pobreza se combate com políticas públicas que devem alcançar os excluídos da educação infantil, os menores infratores, os analfabetos, os presidiários, os doentes. E a solução desses problemas não se resume à cômoda arguição da “falta de recursos”. Também é da essência do controle a avaliação de medidas, seus impactos e a ponderação do uso dos recursos públicos, já que “é curto o cobertor”.

De igual modo, não podemos afundar no pântano da corrupção, que produz efeitos deletérios, seja porque desvia recursos que deveriam ser destinados a fins sociais, seja porque fomenta a descrença nas instituições e implode valores éticos e morais que sustentam as estruturas sociais e políticas. A corrupção e a má-utilização (indevida ou equivocada) dos recursos públicos se constituem em fatores de desigualdade social pela evidente razão de que são os pobres que mais diretamente necessitam dos serviços em áreas vitais do arcabouço social. São também os que sofrem mais diretamente as carências desses serviços.

Conviver com a corrupção não é nenhum fatalismo, nem nosso destino inexorável. O discurso da inevitabilidade dessa perversão só serve para justificar a corrupção como algo “normal” às relações políticas, sociais e administrativas. Vulgariza-a e a banaliza. E ele não pode ser aceito. Não há nenhum determinismo nisso.

E não nos esqueçamos do corruptor, elo essencial da cadeia da venalidade. Os mesmos princípios que balizam a conduta dos agentes públicos devem orientar a atuação dos atores privados nas suas relações com os órgãos da administração. Há também que se incidir sobre estes, apartando a impunidade.

Para tudo isso é que se deve ter órgãos de controle atentos, dispostos, tensionados como a corda de um bom arco, essencial se necessitamos atingir o alvo, mesmo distante.

É a Constituição da República a nossa ferramenta básica, a que comanda o proceder de ofício dos tribunais de contas, determina a prospecção, a investigação quanto à higidez da gestão, a conformidade com os princípios, a partir da legalidade, aferindo a moralidade, a impessoalidade e medindo o desempenho da administração.

Com esse agir, o controle presta preciosa contribuição ao Legislativo, titular da função, que disporá de instrumentos qualificados de aferição para a tomada das suas decisões políticas igualmente em prol da sociedade, da qual é lídimo representante.

Porém, cabe-nos também o ato de mea culpa, é forçoso reconhecer. Nós, dos tribunais de contas, ainda carecemos de uma atuação mais incisiva, particularmente em relação ao campo das receitas públicas, renúncias e incentivos fiscais e os possíveis ganhos sociais e econômicos daí advindos; prescrições e controles em relação à fiscalização e administração tributárias. Entretanto, tal não se dá somente por nossas limitações ou equívocos de avaliação. Severas restrições, sem apoio na Lei Fundamental, acabam opostas aos órgãos de controle, sob o argumento da proteção do sigilo, o que, felizmente, vem sendo mitigado ultimamente sob o pálio de decisões administrativas e judiciais que os têm visto como partilhantes desse sigilo.

De outra banda, passados mais de 20 anos da promulgação da nossa Lei Maior, avançamos pouco na seara do controle interno. Muitas das respectivas unidades não estão estruturadas para desempenhar as tarefas de prevenção, acompanhamento e correção que lhe são ínsitas, faltando-lhes recursos humanos capacitados e recrutados por concurso público, com a imprescindível autonomia no agir.

Nesse somatório de quesitos que contribuem para o sucesso da atividade de controle, a transparência adquire papel fundamental. Gize-se, aqui, que a administração dispõe de mecanismos suficientes para implementar, sem reservas, salvo por sigilo garantido constitucionalmente, a transparência sobre todos os atos e fatos da vida administrativa, em todos os poderes e órgãos que a integram. Não se pode mais cogitar de vislumbrar a publicidade como um mero formalismo, traduzido em insuficientes informações. Transparência não se resume a disponibilizar ou lançar dados ininteligíveis à média dos cidadãos: pressupõe a inclusão nos ambientes digitais, linguagem compatível, canais de interação e uma continuada disposição para verdadeiramente estar-se em público, na conhecida acepção de Norberto Bobbio.

Finalizo com um repto. A indignação pelos repetidos ataques aos cofres públicos certamente nos une. Para além da nossa repulsa, porém, devemos nos integrar na ação, combatendo a corrupção como sinônimo de todas as malfeitorias que se perpetram contra o patrimônio público. As parcerias envolvendo as instituições de Estado são, a um só tempo, desafio e obrigação para todos quantos incumbidos de zelar pela boa e escorreita gestão governamental e, com ela, a concretização do bem comum. ✨

O QUE É QUE A BAHIA TEM

Em 2009, durante o primeiro mandato de Jaques Wagner (PT), o governo da Bahia superou uma grave crise financeira com a adoção de medidas eficazes de combate à sonegação de impostos. Segundo dados da Secretaria da Fazenda, o Trânsito de Mercadorias alavancou 94% de abril a setembro de 2009. O período de aumento coincide com o da aprovação, pela Assembleia Legislativa, da Lei de Reestruturação das Carreiras do Fisco, que ampliou as atribuições dos servidores que realizam o trabalho no Trânsito de Mercadorias. Para o Secretário da Fazenda, Carlos Martins, a significância da Fiscalização de Mercadorias em Trânsito não se pode mensurar simplesmente pela arrecadação direta, mas sim pela prevenção que exerce ao controlar a circulação de mercadorias e no combate à sonegação fiscal.



AFOCFE: Na última década tem se falado muito em fortalecimento do Estado, reforma tributária, bem como a necessidade de revisão do Pacto Federativo. O fortalecimento das finanças dos estados passa por esses caminhos? Existem alternativas?

MARTINS: Os Estados têm como principal fonte de receita o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), que tem como recurso atividades da economia da era industrial, analógica, como o petróleo, energia, bem como o comércio. Atualmente, com a globalização, tais atividades estão sendo substituídas por outras, mais voltadas a prestação de serviços, fora assim da incidência do imposto. Esse novo cenário torna imperioso não a revisão do pacto federativo, mas sim a manutenção desse, com uma repartição justa dos recursos do ICMS entre os estados produtores e consumidores. O fortalecimento das finanças do Estado passa também pela racionalização dos gastos públicos, pelo acompanhamento através de sistemas de apropriação de custos, como assim fazem as empresas privadas.

AFOCFE: O crescimento da economia pode contribuir para o aumento das receitas estaduais. Qual a estratégia de fiscalização preventiva e ostensiva, bem como as alterações na legislação, que o Estado da Bahia tem adotado?

MARTINS: Há uma forte vinculação entre o desenvolvimento da economia e a arrecadação de ICMS. A Sefaz tem como estratégia a prevenção, evitando a formação de passivos tributários. Para tanto, desenvolvemos uma fiscalização denominada de “tempo presente”, que tem como objetivo acompanhar a arrecadação e as operações tributáveis dos contribuintes suporte de receita, abrangendo assim 80% da receita com o ICMS. A fiscalização ostensiva é feita sobretudo pelo Trânsito de Mercadorias. Pelos postos fiscais e unidades móveis.

AFOCFE: A estrutura física, humana, material, além da qualificação dos servidores, é condição essencial para a realização eficaz das atividades e para o bom funcionamento da SEFAZ. O que o governo espera de seus servidores para aperfeiçoar as atividades de arrecadação?

MARTINS: Sempre digo que o diferencial que a Sefaz conta é o seu quadro funcional. Hoje a fiscalização é um trabalho de equipe, que envolve a tributação, a informática e toda a infraestrutura que cerca o procedimento de fiscalização. A administração tributária, como atividade de estado, conta

com o trabalho profissionalizado de sua equipe; do comprometimento de todos os seus colaboradores.

AFOCFE: Com as alterações implementadas pela Lei 11.470/2009, cujo objetivo foi modernizar a Administração Tributária da Bahia, os servidores que realizam o trabalho no Trânsito de Mercadorias passaram a constituir o crédito tributário no processo de fiscalização das mercadorias em trânsito, nas micro e pequenas empresas optantes do simples. Esta valorização dos servidores da fazenda teve conseqüências no crescimento da arrecadação?

MARTINS: Um breve histórico dessa alteração – desde 2000 se propõe à mudança nas atribuições da carreira do fisco, adequando a atividade dos servidores que realizam o trabalho no Trânsito de Mercadorias, que tinha como atividade preponderante a arrecadação de tributos, ao novo cenário trazido pela bancarização. Fizemos essa mudança porque acreditamos ser a solução mais racional, lógica, a se adotar. O incremento foi sensível na fiscalização de trânsito – mais de 100%. Quanto à fiscalização do Simples Nacional, essa era uma atividade nova, não sendo passível de mensuração, mas o observado foi que se tornou possível o deslocamento de auditores para empresas de maior porte.

AFOCFE: No Rio Grande do Sul a falta de pessoal vem justificando o fechamento de repartições, deixando o contribuinte sem atendimento. Sob o mesmo argumento são extintos postos fiscais e equipes volantes, facilitando a sonegação e a concorrência desleal. Como o governo da Bahia tem administrado investimentos na nomeação de servidores para manter os serviços de fiscalização tributária?

MARTINS: A Sefaz BA tem investido na reestruturação de seus serviços; na capacitação de seus servidores e numa maior proximidade com as instituições da sociedade civil.

AFOCFE: Os investimentos em tecnologia, fiscalização virtual, são suficientes para fiscalizar o trânsito de mercadorias, que não é virtual, dispensando-se a fiscalização ostensiva realizada em postos fiscais e equipes volantes?

MARTINS: Repito sempre que a presença do fisco é indispensável, mesmo com todo o progresso tecnológico. O desafio é adequar e racionalizar a presença do fisco. ✨